

A EDUCAÇÃO NA REVOLUÇÃO

O processo educacional experimentou, após a Revolução de Março de 1964, sensível transformação. Deixando de lado critérios improdutivos e apenas de ressonância política, o MEC passou a ter uma gestão técnica, voltada integralmente para uma política de eliminação dos principais pontos de estrangulamento nos diversos graus de ensino, no aperfeiçoamento do pessoal de nível superior e na ordenação de um esquema cultural em bases sólidas.

Assim, logo de início, a Revolução logrou vencer antigas amarras e, através vários diplomas legais, criou o salário-educação, financiador de um novo programa no nível elementar, favorecendo a trabalhadores e a seus filhos; o senso escolar, primeiro registro oficial das necessidades nacionais em matéria de ensino; a Conferência Nacional de Educação, para debater a problemática do ensino no país; o estatuto do magistério superior, documento reclamados pelos nossos mestres por mais de dez anos. O Conselho Federal de Educação foi prestigiado, as pesquisas educacionais ampliadas e criado o Conselho Federal de Cultura. Além disto, foram tomadas as medidas preliminares, através dos decretos-leis, para a reforma universitária. O Instituto Nacional de Cinema foi organizado, várias carreiras de nível superior foram regulamentadas.

Nos últimos trinta meses, o esforço do segundo Governo da Revolução se mostrou de mais alta rentabilidade. Em todos os setores do processo foram tomadas providências de maior profundidade. A reforma universitária é uma realidade e começa a dar seus primeiros frutos. Neste campo, o trabalho da Revolução conseguiu, talvez, lograr o seu maior feito. De cento e três mil universitários no ano letivo de 1964 passamos a 383 mil em 1969. Somente na gestão Tarso Dutra, com o apoio do Conselho Federal de Educação e a compreensão de setores diversos da comunidade e do empresariado, o Governo conseguiu criar e colocar em funcionamento 172 escolas e cursos de nível superior. Os incentivos à formação de um magistério tecnicamente preparado segundo as últimas conquistas didáticas foi uma das preocupações constantes da administração federal.

A Universidade brasileira começou, este ano, a ganhar nova forma e nova dimensão. A departamentalização se apresentou como uma forma nova de vencer a mentalidade presa à cátedra vitalícia. Os Institutos de Pesquisas também obtiveram os meios fundamentais para a sua instrumentação e a montagem, em definitivo, de um novo espírito de busca dos conhecimentos científicos e técnicos. Somas enormes, então, passaram a ser economizadas com o advento destas soluções, que unificaram antigas

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

compartimentos estanques de Universidades ou escolas isoladas. As possibilidades de rendimento do trabalho de ensino cresceram, entusiasmando, ao mesmo tempo, a mestres e a estudantes. O Governo, por seu turno, também passou a oferecer à educação recursos maiores.

A reforma universitária, estudada e pensada por uma equipe de especialistas, presidida pelo ministro Tarso Dutra, veio ao encontro das aspirações dos nossos moços, abrindo-lhes perspectivas novas pela aprovação de currículos atualizados, a modernização do sistema de aulas, a colocação em prática do sistema de crédito, o abandono das aulas monológicas, o princípio dos trabalhos de grupo como seminários e simpósios de alto gabarito.

A institucionalização do regime de tempo integral, já havendo o Governo aprovado um crédito de vinte e cinco milhões de cruzeiros novos para tal programa, é uma realidade indiscutível. Com isto, as chamadas "áreas prioritárias" do desenvolvimento nacional poderão obter grandes vantagens. A instalação, dentro em breve, de uma rede nacional de centros Regionais de Pós-Graduação, permitirá ao Brasil garantir ao seu pessoal universitário um constante aperfeiçoamento no próprio território nacional, evitando o fantasma do êxodo de cérebros, como aconteceu no passado. Mestres e doutores nas mais variadas carreiras, brevemente, serão produzidos no próprio país, registrando-se a vantagem do pleno conhecimento da terra e de suas necessidades mais prementes, além da diminuição dos dispêndios públicos em tal faixa. A flexibilidade curricular ganhou novo condicionamento. Os setores científicos e técnicos das Universidades também ingressaram em uma fase de modernização, graças a uma série de convênios firmados entre o Governo da Revolução e alguns países da Europa e os Estados Unidos. Somente com o Banco Interamericano de Desenvolvimento foi assinado o maior documento do gênero na América Latina, envolvendo vinte e cinco milhões de dólares para construções e aparelhamento de nove Universidades, entre federais, estaduais e privadas.

ENSINO MÉDIO: quatro frentes vêm sendo atacadas pela Revolução, desde 1964. São elas as denominadas de educação secundária, comercial, industrial e agrícola. Esta última passou a pertencer ao organograma do Ministério da Educação e Cultura no ano passado. Em todas elas, as mudanças foram de vulto. No ensino secundário, por exemplo, uma nova escola, mais objetiva, consentânea com o nosso tempo, sob a denominação de "ginásio orientado para o trabalho"

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ou "ginásio polivalente". É que o Governo, depois de estudos acurados, verificou ser a escola média, para milhares de jovens patriotas, não apenas uma estação entre o ensino primário e o superior, mas um nível final, digno de merecer mais atenção em um país que tem mais da metade de sua população menor de vinte e um anos. Sem eliminar o sentido tradicional do ensino secundário, o MEC mecanizou um ginásio no qual os estudantes possam ensaiar, em ritmo didático, suas tendências. As primeiras experiências, em curso em várias unidades da Federação, já autorizam novas iniciativas, inclusive internacionais. Convênios com recursos externos estão sendo estudados e, a curto prazo, deverão concretizar-se, beneficiando as redes secundárias de vários Estados e da capital do país. Além desta parte, a Diretoria do Ensino Secundário, através de sua Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário (CADES) vem realizando programas intensivos de qualificação, nos períodos de férias, de milhares de mestres no interior.

No ensino industrial um sopro de renovação varreu 88 escolas de Norte a Sul do país. O parque mecânico ultrapassado, muitas vezes com mais de trinta e quarenta anos de funcionamento, começou, este ano, a ser substituído pelo que a tecnologia criou de mais perfeito. Nos portos nacionais, a maquinaria provinda da Europa tem sido desembarcada, com o destino tanto de escolas oficiais quanto de particulares. Ao lado desta medida, o MEC providenciou o aperfeiçoamento do magistério, com a criação de Centros Técnicos e a ampliação das vagas em toda a rede da União, do SENAI e de alguns setores privados.

Duas outras grandes iniciativas foram tomadas nesta mesma área de ensino: a preparação de técnicos para o nosso parque fabril nos mais diferentes setores. O Programa Intensivo de Preparação da Mão de Obra Industrial (PIPMOI) logrou, em setembro último, atingir a casa do ducentésimo milésimo trabalhador adestrado por seus cursos, que se prendem às faixas da Mecânica, Material de Transportes, Eletrotécnica, Construção Civil e Química. Para que tal projeto pudesse dar resultados altos para o desenvolvimento nacional, foram criadas as Coordenadorias Regionais do PIPMOI. Este esforço da Revolução é imperativo em vista do crescimento populacional brasileiro, que está a exigir, no momento, aproximadamente um milhão de empregos novos a cada ano. De outro lado, as Coordenadorias aprovaram pela vantagem da descentralização de serviços. Daí porque, desde 1964, o nível do diálogo entre o Governo e o empresariado se dá de forma clara e tranqüila. Entre as institui-

ções favorecidas, segundo dados oficiais, estão mais de quatrocentas empresas. A regulamentação, por lei, da profissão de técnico industrial de nível médio veio coroar outro sonho dos jovens preparados no ensino industrial brasileiro. Com um projeto simples mas enfeixando as necessidades vitais do futuro profissional, a Revolução lhe deu o documento básico para funcionar no sistema industrial.

Completando este quadro, no início do corrente ano letivo se verificou a possibilidade de algumas escolas técnicas instituírem, entre seus cursos, o de Engenharia de Operações, autorizado pelo Conselho Federal de Educação, por solicitação do Governo da Revolução. Tal curso, previsto em três anos, já começa a preencher uma grande lacuna do nosso sistema de preparo profissional em especialidade hoje reclamada em quase todos os investimentos de grande envergadura.

No ensino comercial, duas posições produtivas foram prestigiadas, o sistema de aprendizagem pelo regime da "classe-empresa", com os escritórios-módelos, que permitem o treinamento dos alunos como se estivessem em uma firma e a criação das escolas de hotelaria, que serão as produtoras, a curto prazo, do pessoal básico à indústria de turismo. Dotados de belezas naturais e de uma paisagem das mais exuberantes, o Brasil, após a Revolução, despertou para a famosa "indústria sem chaminé". Com pessoal adequado, o processo de turismo ganhará o entusiasmo necessário para produzir as divisas de que necessitamos para acionar vários outros pontos do nosso desenvolvimento.

Foi criada a Diretoria de Ensino de Territórios e Fronteiras, no início do corrente ano, para dinamizar o processo educacional em tais regiões. Montada em dispositivo administrativo simples, à base de trabalho racional e rápido, este novo setor do MEC já realizou um encontro nacional para estudar os problemas do ensino em todos os níveis nas unidades de direta responsabilidade da União. Convênios aproximados da faixa de dois milhões de cruzeiros novos foram instrumentados com as unidades federadas inseridas na programação da aludida Diretoria. A filosofia de ação do MEC, neste importante campo de ação, se baseia em que a segurança também precisa da cooperação da educação para que, ambas, consolidem o civismo em nossos territórios mais distantes. Hoje, o ensino nas regiões fronteiriças do Brasil ganhou novo significado com o apoio de todos os setores interessados no problema.

As pesquisas educacionais foram intensificadas após a Revolução. A feitura do primeiro Censo Escolar Nacional, em 1965, deu margem ao Ministério da Educação e Cultura para conhecer, em números exatos, o volume das necessidades de nossa infância. Assim, os centros de treinamento do magistério primário foram incentivados em vários Estados. No momento, dois de grandes proporções se constroem em Sergipe e Mato Grosso. Bolsas de estudos foram ampliadas para que mestras do interior pudessem avizinhar-se das novas técnicas didáticas e do progresso pedagógico em centros mais adiantados. Levantamentos específicos foram estimulados e projetos de profundidade atacados pelo Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Toda esta política foi centrada pelo Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). A Conferência Nacional de Educação, novo instrumento de ação na busca de soluções mais rápidas para antigos problemas, passou a reunir-se de dois em dois anos. O último destes certames foi em São Paulo, merecendo especial atenção o ensino primário, que foi alvo de uma radiografia por memorizada. Técnicos de todo o país deram seus testemunhos e suas opiniões a respeito das questões mais complicadas que cercam o aludido nível de instrução.

De outro lado, através do Departamento Nacional de Educação, foi posto em ação o Programa de Aperfeiçoamento do Magistério Primário (PAMP), destinado a treinar pessoal docente não titulado e a formar supervisores de ensino primário a prazo mais curto. Este trabalho, que já se alastrou por todo o território nacional, começa agora a dar seus primeiros frutos, com o surgimento de melhores índices de rendimento do ensino elementar no interior.

A luta em favor da alfabetização de adultos e de adolescentes ganhou novos impulsos nos últimos trinta meses, com duas medidas: a criação da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), diretamente ligado ao Departamento Nacional de Educação, valendo-se de técnicas de alta rentabilidade já testadas pela UNESCO em vários países e a colocação em funcionamento de programas pioneiros de televisão educativa no Estado da Guanabara, através canais que atingem vários Estados. Tal projeto, porém, é apenas o início de uma política de grande porte que o Governo da Revolução promoverá, brevemente, com a participação da Fundação Centro Brasileiro de Televisão Educativa, entidade criada em 1967 e que, no momento, realiza experiências ligadas à preparação do pessoal para planos em tal instrumento de comunicação de massa. Estimulan

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Estimulando a juventude patricia, o MEC promoveu, em setembro, a Primeira Feira Nacional de Ciência, à qual concorreram cerca de dois mil secundaristas de quase todos os Estados. O espetáculo vivido no Pavilhão de São Cristóvão, no Rio, se transformou em autêntica demonstração da capacidade criadora dos nossos moços e do seu desejo de melhor conhecer importantes campos da ciência, como a Física, a Química, a Matemática, a Biologia, a Eletrônica e outros mais. Como é desejo do Governo da República, este certame se repetirá, anualmente, em capitais de Estados, abrindo, assim, a grande perspectiva para a mocidade fazer desfilar suas descobertas suas invenções e os aperfeiçoamentos possíveis no que a tecnologia e a ciência já nos oferecem.

A educação cívica foi outro assunto que mereceu a maior atenção dos Governos da Revolução. Pelo Decreto-Lei 869, do corrente ano, foi incluída uma disciplina denominada "Educação Moral e Cívica" nas escolas de todos os graus dos sistemas de ensino do país, apoiada nas tradições nacionais. Várias são as finalidades deste diploma legal, merecendo destaque, entre elas, por exemplo, as que se ajustam à defesa do princípio democrático; à preservação, fortalecimento e à projeção dos valores espirituais e éticos da nacionalidade; ao fortalecimento da unidade nacional e do sentimento de solidariedade humana; ao culto da Pátria, aos seus símbolos, tradições, instituições e aos grandes vultos de sua História; ao aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade; à compreensão dos direitos e deveres dos brasileiros e ao conhecimento da organização sócio-político-econômica do país; ao preparo do cidadão para o exercício das atividades cívicas, com fundamento na moral, no patriotismo e na ação construtiva, visando ao bem comum; ao culto da obediência à lei, da fidelidade ao trabalho e da integração à comunidade. Para dar andamento ao propósito indicado no Decreto-Lei em questão, foi criada, no MEC, uma Comissão Nacional de Moral e Civismo, integrada por nove membros, designados pelo Presidente da República, dentre pessoas dedicadas à causa. Os mestres de Educação Moral e Cívica serão formados em nível universitário, quando para as escolas superiores e de nível médio; em nível normal, quando destinados ao ensino primário. Na Universidade, a disciplina "Educação Moral e Cívica" será ensinada a título de complemento, sob a forma de "Estudos dos Problemas Brasileiros", sem prejuízo de outras atividades culturais visando ao mesmo objetivo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Em março deste ano, depois de estudos acurados, em setq res federais, o MEC disparou um dos projetos mais ousados, pelo volume que encerra, a Operação-Escola. Ela foi iniciada nas capi--tais de Estado, buscando garantir a escolarização de tãda a popula--ção na faixa etária considerada fundamental: entre sete e quatorze anos. Um trabalho de cobertura didática foi operado através da Comissão do Livro Técnico e Didático (COLTED), possibilitando ao alunado a utilização de obras atualizadas nas diversas disciplinas do ensino elementar. A prazo médio, a Operação-Escola atingirá ci dades do interior de maior densidade demográfica, de modo a garan --tir à nossa infância escolarização na idade devida. Desta forma, poderá o Governô eliminar tal problema e se lançar, como recursos maiores, aos ensinos médio e superior.

A educação física é outro importante caminho que a Revô lução conseguiu modernizar nos últimos anos. Assim, no corrente ano, várias providências, configuradas em convênios, foram tomadas pela Divisão de Educação Física do MEC e centrôs universitários, na procura de soluções para problemas originados do esforço, da fadiga e outras situações mais complexas. Um laboratório para pesquisas sôbre educação física, que será o primeiro da América Latina, já es tá em fase de criação na Universidade Federal do Rio de Janeiro. A realização de experiências sôbre o emprêgo de anabolizantes, segun--do a técnica de injeções de neonatal, será efetuada na Escola Nacio--nal de Educação Física e Desportos, em ratos, para pesquisar a re--percussão geral no organismo animal de efeitos nas principais fun--ções e nas performances natatórias, levando em conta sua aplicação ao homem. Programas especiais, nos períodos de férias, além de in centivos à organização de praças de esportes e ao aperfeiçoamento de professôres são outros planos que o MEC tem realizado, após a Revolução, visando aliar o princípio do "mens sana in corpore sano".

Duas entidades do MEC, criadas após a Revolução, estão executando a política editorial que interessa ao nosso sistema edu--cacional. São elas a Fundação Nacional de Material Escolar e a Comissão do Livro Técnico e Didático. A primeira vem operando na faixa de obras de consulta, como dicionários, atlas, enciclopédias e antologias, bem como cadernos especiais e comuns e outros meios de acompanhamento de aulas. Hoje, a FENAME conta com cem postos instalados em vários pontos do país, estando em seu programa a órga--nização, curto prazo, uma nova rede. Em seu parque gráfico, na Guanabara, a entidade instalará, ainda êste ano, um equipamento ca--paz de produzir dez mil cadernos por hora. Uma síntese deste es --

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

esforço pode ser indicada em números. No corrente ano, já foram produzidas 1.140.000 exemplares de publicações e 8.400.000 unidades de material escolar. No momento, a FENAME confecciona dois milhões de cadernos e trata, a curto prazo, da reedição de doze obras e da edição de doze novos títulos.

A COLTED atribuiu às redes escolares das capitais de Estados cerca de doze milhões de unidades de obras didáticas. Sua linha de atividades atinge aos diversos graus de ensino, operando na base de bibliotecas montadas através projetos estudados, com livros tidos como fundamentais aos estudantes. Do plano para este ano consta a compra de 4.500 bibliotecas para o ensino médio e 500 para o ensino superior, distribuição será iniciada em 1970. A ação desta Comissão, no entanto, não fica somente neste ponto. Ela tem realizado cursos de treinamento para instrutores "A", que já prepararam 398 instrutores "B", que por sua vez levaram seus conhecimentos a 7250 instrutores "C" e estes a 98 mil colegas do interior brasileiro. No ano passado, a COLTED adquiriu seis milhões de livros para uso em aula e em casa, nas escolas primárias, na "Operação-Escola".

O ensino agrícola, recentemente integrado no MEC, ensejou, no corrente ano letivo, um plano de trabalho visando à ampliação de matrículas, adotando um processo de promoção e valorização do homem do campo a partir da escola, com uma orientação técnica e pedagógica mais direta à rede escolar. Dois novos colégios agrícolas entraram em funcionamento em 1969, em Catú, na Bahia, e Uberlândia, em Minas Gerais. A descentralização administrativa principiou pela transferência de estabelecimentos da rede da DEB para Universidades e Fundações. Foram criadas as primeiras Coordenadorias Regionais de Ensino Agrícola. O abandono dos clássicos aparelhos recomendados para o ensino acadêmico foi concretizado, sendo os mesmos substituídos por equipamentos através dos quais cada aluno ou um pequeno grupo poderá efetuar pesquisas no âmbito agropecuário. A implantação da orientação educacional também está em andamento, em obediência à legislação vigente. Um velho sonho dos dirigentes de estabelecimento desta modalidade de ensino foi agora alcançada: a coincidência do ano letivo com o ano agrícola, em atitude corajosa do ministro Tarso Dutra. Esta modificação trará, sem dúvida, inúmeras vantagens ao ciclo de produção nas diversas regiões brasileiras, permitindo, por outro lado, a participação dos estudantes em todas as fases da vida do campo. O Ginásio Agrícola de Urutá foi transformado em Centro

de Formação da Mão de Obra Rural. Junto ao Colégio Agrícola de Brasília foi criada a Escola de Didática do Ensino Agrícola, destinada à formação de professores.

Complementando sua atenção ao setor educacional, o Governo da Revolução imprimiu nova orientação ao sistema de alimentação escolar, dando à Campanha respectiva mais recursos para atingir a todos os pontos do território nacional. Assim, no momento, a Campanha Nacional de Alimentação Escolar atinge a 86% dos nossos municípios, fornecendo cerca de doze mil refeições diárias, com as cargas calóricas consideradas fundamentais à nutrição da infância e da juventude. Somente no ano passado, quase um bilhão de refeições foram distribuídas, além de material para a montagem de cantinas, assistência técnica ao pessoal voltado para esta atividade e a realização de encontros técnicos.

Os Conselhos Federais de Educação e de Cultura examinaram as questões que lhes estão afetas com zelo e apresentando ao Governo soluções equilibradas em relação aos problemas da atualidade em suas esferas de competência. Assim, o CFE analisou, com o maior cuidado, o projeto de reforma universitária, no ano passado, e tem avaliado, com rara precuciência, os projetos de criação de novas escolas, as modificações nos currículos e as adaptações dos sistemas de ensino às novas aberturas científicas e tecnológicas. O Conselho Federal de Cultura, no início do corrente ano, também apresentou valiosa contribuição no exame dos projetos relativos à reforma das entidades culturais mantidas pelo Governo e às inovações administrativas às mesmas referentes.

As atividades complementares ao ensino têm sido motivo de ampla programação da Divisão de Educação Extra-Escolar. Através desta repartição do MEC os estudantes têm recebido ajuda permanente para planos culturais em seus estabelecimentos, cursos especiais, ciclos de conferências e auxílios às suas entidades. O Patrimônio Histórico e Artístico Nacional vêm sendo alvo de especial dedicação do setor especializado, prosseguindo os programas de restauração de monumentos em vários pontos do país. Foi criado, no corpo de leis da reforma universitária, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Pesquisa (FUNDEP), que está em fase de instalação e deverá, brevemente, prestar relevantes serviços ao processo global de qualificação do homem brasileiro. Hoje, o Brasil é um país que se credenciou, no âmbito internacional, à obtenção de financiamentos volumosos, em virtude da seriedade com que a Revolução está conduzindo o assunto. O Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento são comprovantes da evidência de tal afirmação. Vários outros países, através de convênios diretos de Governo a Governo, também acompanha este raciocínio e nos

estão mandando o melhor obtido em sua experiência técnica e científica. Esta virada no comportamento é seguida de autoridades constantemente em ação, de professores interessados e cada vez mais bem preparados profissionalmente e de uma juventude sequiosa de construir uma Nação em bases seguras. Esta conjugação de fatos mais se evidencia quando se tem hoje certeza, como disse Robert Kennedy, que "nenhuma Nação", nem uma só, ingressou nas fileiras da moderna sociedade econômica sem gente treinada e educada para fazer funcionar as fábricas, dirigir as instituições, orientar o Governo e traçar planos". Ainda faz pouco, o Presidente Arthur da Costa e Silva dizia em um discurso: "Trabalhamos em todos os domínios. Em todos os domínios avançamos, como provam os resultados qualitativos e quantitativos do nosso esforço governamental. Mas não perdemos a consciência de que o principal dos nossos problemas, por mais alguns anos de angústia e inquietação próprias do crescimento, é a educação". Em pronunciamento feito na Escola Superior de Guerra, o ministro Tarso Dutra teve ocasião de afirmar: "A educação é a porta da democracia. Longe de separar, ela aglutina pela justiça social que realiza". Por isso, nos últimos trinta meses, conseguiu o Governo da Revolução montar um dispositivo financiador das mudanças em andamento. Entre elas, fontes várias foram convocadas para a grande caminhada da educação. Assim, novas formas de obter meios se credenciaram oficialmente, como a criação da Loteria Esportiva, que funcionará em 1970; recursos dos livros da Loteria Federal, metade dos "royalties" relativos ao petróleo obtido na plataforma marítima, além da mecanização de um sistema funcional de bolsas de estudos, nos diversos níveis de ensino. No caso da Loteria Esportiva, ela fornecerá, ainda, meios para um planejamento de investimentos em esportes, recreação e educação física em termos nacionais. Dêsse modo, a juventude patricia verifica que o Governo da Revolução não só cuida da parte intelectual, mas também da parte complementar, garantindo a formação das gerações novas em sentido global. Os moços do Brasil podem confiar na Revolução. Ela foi feita para lhes garantir uma vida digna, em clima tranquilo, dentro das nossas mais caras tradições, a fim de que se possam qualificar para gerir a maior Nação da América Latina.

.....